

### Gabinete do Prefeito Prefeitura Municipal de Muniz Freire Estado do Espírito Santo

OF/PMMF/GP/N° 113/2024

Muniz Freire/ES, 06 de março de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Vimos encaminhar, em anexo, o Projeto de Lei nº 001/2024 com a Mensagem nº 001/2024, para apreciação desta Augusta Casa de Leis.

Sem outro particular para o momento, apresentamos na oportunidade nossas considerações.

Atenciosamente,

GESTANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

PROTOCOLO

No. 102 10-0

DATA: 07/03/2024

HORARIO: 14

ASSINATURA:

DENTIFICAÇÃO: ANDZA SUN DARTUKE

AO:

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES EXMO. SR. JOSÉ MARIA BERGAMINI





MENSAGEM N° 001/2023

Muniz Freire/ES, 06 de março de 2024.

# EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE SENHOR JOSÉ MARIA BERGAMINI

Estamos submetendo a essa Augusta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 001/2024 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADITAR O CONVÊNIO DE Nº 001/2024, FIRMADO COM A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA JESUS MARIA E JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Município firmou o Convênio de nº 001/2024, que tem por objetivo integrar a Santa Casa de Misericórdia "Jesus Maria e José" no Sistema Único de Saúde - SUS, na prestação de Serviço de Internação Hospitalar e Atenção Ambulatorial, visando a garantia da atenção integral a saúde dos munícipes que residem no território de Muniz Freire.

A presente proposição visa aditar ao citado Convênio o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Esclarecemos que a Santa Casa de Misericórdia "Jesus Maria José" protocolou requerimento solicitando e comprovando a necessidade de aumentar o valor do repasse atualmente existente. Após análise do requerimento da Santa Casa o Poder Executivo Municipal decidiu acrescentar ao valor requerido o montante acima citado.

Desta forma, contamos com o apoio de Vossa Excelência e seus pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista que só tem a trazer benefícios para a Santa Casa de Misericórdia Jesus Maria e José e, consequentemente, para os cidadãos deste Município.

Consecutivamente, informamos que em consonância com o art. 191, III, do Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, estamos encaminhando, anexo à presente Mensagem, a minuta do Termo Aditivo a ser firmado, bem como cópia do Convênio nº 001/2024 e 1º Termo Aditivo ao mesmo.





Assim, aproveitamos a oportunidade para saudarmos os nobres Edis, reafirmando nossos sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

GEST ANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL





Rua Pedro Deps, 09 – Centro – Muniz Freire CEP: 29.380-000

## 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0001/2024

O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 27.165.687/0001-71, COM SEDE À RUA PEDRO DEPS, Nº 09, CENTRO, NESTA CIDADE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DO CPF Nº 005.212.667-69, RESIDENTE EM AMORIM, ZONA RURAL DE MUNIZ FREIRE - ES E COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.674.999/0001-69, SRA. RITA DE CÁSSIA FONTES, DORAVANTE REPRESENTADA PELA DENOMINADO CONCEDENTE E DE OUTRO LADO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ", SOCIEDADE CIVIL BENEFICENTE, COM ATENDIMENTO NA ÁREA HOSPITALAR, ESTABELECIDA NESTA CIDADE, No INSCRITA NO CNPJ SOB 0 27.081.629/0001-60, DORAVANTE DENOMINADA CONVENENTE, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA PRESIDENTE ISABEL MENDES MOULIN, RESIDENTE NESTA CIDADE, PORTADORA DO CPF Nº 873.547.807-15, ajustam o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0001/2024, mediante as sequintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é proceder o acréscimo de **R\$ 100.000,00** (**cem mil reais**), conforme justificativas constantes no Processo Administrativo nº xxxx/202x.

**Parágrafo Primeiro** - O objeto do referido Convênio é integrar a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ" no Sistema Único de Saúde – SUS, na prestação de Serviço de Internação Hospitalar e Atenção Ambulatorial, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que residem no território de Muniz Freire/ES, conforme Lei Municipal nº 2.812/2023, de 28/12/2023.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos xxxxx da Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor do presente Termo Aditivo é R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

### CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Recurso Financeiro: Ordinário

#### Secretaria Municipal de Saúde

## CLÁUSULA QUINTA - DAS INALTERAÇÕES





Rua Pedro Deps, 09 - Centro - Muniz Freire CEP: 29.380-000

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Muniz Freire-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

Muniz Freire-ES, XX de XXXX de 202X.

#### MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL CONCEDENTE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RITA DE CÁSSIA FONTES

**INTERVENIENTE** 

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ"

ISABEL MENDES MOULIN
CONVENENTE





Rua Pedro Deps, 09 – Centro – Muniz Freire CEP: 29.380-000

## 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0001/2024

O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 27.165.687/0001-71, COM SEDE À RUA PEDRO DEPS, Nº 09, CENTRO, NESTA CIDADE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DO CPF Nº 005.212.667-69, RESIDENTE EM AMORIM, ZONA RURAL DE MUNIZ FREIRE - ES E COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.674.999/0001-69, SRA. RITA DE CÁSSIA FONTES, DORAVANTE REPRESENTADA PELA DENOMINADO CONCEDENTE E DE OUTRO LADO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ", SOCIEDADE CIVIL BENEFICENTE, COM ATENDIMENTO NA ÁREA HOSPITALAR, ESTABELECIDA NESTA CIDADE, No 27.081.629/0001-60, DORAVANTE INSCRITA NO CNPJ SOB 0 NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA DENOMINADA CONVENENTE, PRESIDENTE ISABEL MENDES MOULIN, RESIDENTE NESTA CIDADE, PORTADORA DO CPF Nº 873.547.807-15, ajustam o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0001/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é proceder o acréscimo de **R\$ 100.000,00** (**cem mil reais**), conforme justificativas constantes no Processo Administrativo nº xxxx/202x.

**Parágrafo Primeiro** - O objeto do referido Convênio é integrar a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ" no Sistema Único de Saúde – SUS, na prestação de Serviço de Internação Hospitalar e Atenção Ambulatorial, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que residem no território de Muniz Freire/ES, conforme Lei Municipal nº 2.812/2023, de 28/12/2023.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos Artigos xxxxx da Lei nº 14.133/21.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor do presente Termo Aditivo é R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

# CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Recurso Financeiro: Ordinário

#### Secretaria Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

## CLÁUSULA QUINTA - DAS INALTERAÇÕES





Rua Pedro Deps, 09 - Centro - Muniz Freire CEP: 29.380-000

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Muniz Freire-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

Muniz Freire-ES, XX de XXXX de 202X.

MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL CONCEDENTE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RITA DE CÁSSIA FONTES

**INTERVENIENTE** 

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ"
ISABEL MENDES MOULIN
CONVENENTE





**CONVÊNIO Nº 001/2024** 

O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE - ES, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 27.165.687/0001-71, COM SEDE À RUA PEDRO DEPS, Nº 09, CENTRO, NESTA CIDADE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PREFEITO MUNICIPAL SR. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, BRASILEIRO, CASADO, PORTADOR DO CPF Nº 005.212.667-69. RESIDENTE EM AMORIM, ZONA RURAL DE MUNIZ FREIRE - ES E COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.674.999/0001-69, REPRESENTADA PELA SRA. RAIANY PAULUCIO, DORAVANTE DENOMINADA CONCEDENTE E DE OUTRO LADO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ", SOCIEDADE CIVIL BENEFICENTE, COM ATENDIMENTO NA AREA HOSPITALAR, ESTABELECIDA NESTA CIDADE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.081.629/0001-60, DORAVANTE DENOMINADA CONVENENTE, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA PRESIDENTE ISABEL MENDES MOULIN, RESIDENTE NESTA CIDADE, PORTADORA DO CPF Nº 873.547.807-15, TENDO EM VISTA O QUE DISPÕEM A LEI 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, E AS PORTARIAS GM/MS Nº 1.721/2005, PORTARIA SAS 635/2005, PORTARIA GM Nº 3.123/2006, PORTARIA GM Nº 1.034/2010, PORTARIA GM Nº 3.114/2010, RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE CONVÊNIO, QUE SE REFERENCIARA PELAS NORMAS GERAIS DA LEI Nº 14.133/2021, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS CONDIÇÕES:

### DO OBJETO CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Convênio aprovado pela Lei Municipal nº 2.812/2023, de 28/12/2023, tem por objeto integrar a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ" no Sistema Único de Saúde - SUS, na prestação de Serviço de Internação Hospitalar e Atenção Ambulatorial, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que residem no território de Muniz Freire/ES, e conforme Documento Descritivo (DODE), parte integrante e indissociável deste convênio, como se nele estivesse transcrito, previamente definido entre as partes, em atendimento a solicitação constante no Processo Administrativo nº 012395, de 02/08/2023.

#### DO VALOR: CLÁUSULA SEGUNDA:

O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, por esse Convênio, se compromete a repassar à SANTA CASA, a importância trimestral total de **R\$** 126.249,999 (cento e vinte e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e





Borbel medy monlin



novecentos e noventa e nove centavos), referente ao serviço de Internação Hospitalar, bem como a importância de **R\$ 1.200.000,00** (um milhão e duzentos mil reais) referente ao serviço de Pronto Atendimento 24 horas, pelo período de 03 (três) meses, de acordo com a efetiva prestação dos serviços e respectiva disponibilidade financeira.

# DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS CLÁUSULA TERCEIRA:

- a) A SECRETARIA transferirá os recursos previstos na Cláusula Segunda em favor da SANTA CASA em conta bancaria específica vinculada a este instrumento.
- b) Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos:
- Recurso Federal SIH-SUS: Internação Hospitalar. MAC Banco Brasil - Agência: 1299-08 - Conta: 5.146-2
- Recurso Federal INTEGRASUS: Internação Hospitalar. MAC Banco Brasil - Agência: 1299-08 - Conta: 5.146-2
- Recurso Federal IAC: Internação Hospitalar. MAC Banco Brasil - Agência: 1299-08 - Conta: 5.146-2
- Recurso Próprio SIA-SUS: Pronto Atendimento.
   Banco Brasil Agência: 1299-08 Conta: 5.048-2
- c) O pagamento será realizado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente à prestação do serviço, mediante faturamento aprovado pela Comissão de Acompanhamento do Convênio, em acordo com a emissão de relatórios estipulados pela SECRETARIA e síntese dos Sistemas de Informação Hospitalar e Ambulatorial SIA/SIH, e condicionado à disponibilidade de recursos referente ao repasse da respectiva parcela do Teto de Média e Alta Complexidade MAC ao município.
- d) A SANTA CASA fica obrigada a encaminhar o respectivo faturamento e relatório dos serviços prestados ao Setor de Controle e Avaliação da SECRETARIA até o dia 05 de cada mês subsequente à prestação dos serviços.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE CLÁUSULA QUARTA:

Em contrapartida, a SANTA CASA se obriga a:

a) Fornecer atendimento médico de urgência e emergência no Pronto Atendimento Médico, 24 (vinte quatro) horas por dia à população.

South Merchs montin

( which





- b) Fornecer serviço de internação hospitalar, nas clínicas médica, obstétrica, cirúrgica e pediátrica.
- c) Fornecer relatório mensal de atendimento realizado.
- d) Efetuar pagamentos somente com cheques nominais aos credores, devendo os mesmos serem emitidos com cópia.

## DAS CONDIÇÕES GERAIS CLÁUSULA OUINTA:

Na execução do presente Convênio, os participes deverão observar as seguintes condições gerais:

- a) O acesso ao SUS se faz preferencialmente pelas Unidades Básicas de Saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- b) Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;
- c) Gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados no âmbito deste Convênio;
- d) A prescrição de medicamentos deve observar preferencialmente a Política Nacional de Medicamentos;
- e) Atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
- f) Observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS; e
- g) Estabelecimento de metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes deste Convênio.

#### DOS ENCARGOS COMUNS CLAUSULA SEXTA:

São encargos comuns dos partícipes:

- a) Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de saúde;
- b) Elaboração do Documento Descritivo (DODE);
- c) Educação permanente de recursos humanos; e
- d) Aprimoramento da atenção à saúde.

### DOS ENCARGOS ESPECÍFICOS CLÁUSULA SÉTIMA:

São encargos da SANTA CASA:

- a) Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste Convênio;
- Aplicar os recursos transferidos pela SECRETARIA, exclusivamente,

y mys

Autenticar documento em http://www3.camaramunizfrene.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 310035003500350035003000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



na execução do objeto do presente Convênio;

- c) Apresentar à SECRETARIA, sempre que solicitado, relatórios técnicos das metas qualitativas, quantitativas e relatórios físicofinanceiros;
- d) Manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória de despesas realizadas em virtude deste Convênio;
- e) Arcar com qualquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciário ou social, caso decorrente da execução deste Convênio;
- f) Implantar políticas que visem o planejamento de ações para a construção de sistema de apropriação de custos hospitalares;
- g) Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH), ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;
- h) Manter os recursos transferidos pela SECRETARIA em conta bancária individualizada aberta exclusivamente para este fim;
- i) Cumprir todas as metas e condições especificadas no DODE, parte integrante deste contrato.

### São encargos da SECRETARIA:

- a) Pagar pelos serviços prestados com os recursos previstos neste Convênio à SANTA CASA, conforme Cláusula Nona deste termo;
- b) Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- c) Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- d) Analisar os relatórios elaborados pela SANTA CASA, comparando-se as metas do DODE com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
- e) Apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência à SANTA CASA, quando necessário;
- f) Criar Comissão de Acompanhamento do Convênio para avaliação das metas pactuadas.

#### DO DOCUMENTO DESCRITIVO - DODE CLÁUSULA OITAVA:

O DODE deverá ser elaborado conjuntamente pela SECRETARIA e pela SANTA CASA a fim de garantir a condição de sua eficácia, e deverá conter:

- a) Todas as ações e serviços objeto deste Convênio;
- b) A estrutura tecnológica e a capacidade instalada;
- c) Definição das metas físicas das internações hospitalares, com os

& My



Autenticar documento em http://www3.cama/amunizfreire.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 31003500350035003A005000 Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



seus quantitativos e fluxos de referência e contra-referência;

- d) Definição das metas de qualidade;
- e) Descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial aqueles referentes:
  - Ao Sistema de Apropriação de Custos;
  - À prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pela SECRETARIA;
  - 3. Ao trabalho de equipe multidisciplinar;
  - Ao incremento de ações de garantia de acesso, mediante o complexo regulador de atenção à saúde;
  - Ao funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco, principalmente no que se refere à mortalidade materna e neonatal (comissão de investigação de óbitos);
  - A implantação de mecanismos eficazes de referência e contra referência, mediante protocolos de encaminhamento; e
  - 7. Elaboração de painel de indicadores de acompanhamento de desempenho institucional.

#### DOS RECURSOS FINANCEIROS CLÁUSULA NONA:

O valor estimado à execução do presente Convênio, definido como valor préfixado, importa em R\$ 126.249,999 (cento e vinte e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e novecentos e noventa e nove centavos), referente ao serviço de Internação Hospitalar, bem como a importância de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) referente ao serviço de Pronto Atendimento 24 horas, ambos pelo período de 03 (três) meses, conforme especificado abaixo:

- a) Dez por cento (10%) do valor pré-fixado, referente à Internação Hospitalar, ficará retido pela SECRETARIA, sendo a sua liberação vinculada ao cumprimento das metas de qualidade discriminadas no DODE, nos termos do regulamento técnico do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos, definido na Portaria SAS nº 635/2005 e do Anexo II da Portaria GM nº 3.123/MS/2006.
- b) Noventa por cento (90%) do valor pré-fixado, referente à Internação Hospitalar, será repassado mensalmente à SANTA CASA, de acordo com o percentual de cumprimento das metas físicas pactuadas no DODE, com base no regulamento técnico do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos definido na Portaria SAS nº 635/2005 e no Anexo II da Portaria GM nº 3.123/MS/2006.



J ANGE

Autenticar documento em http://www3.camaramunizfrei e.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 31003500350035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



- c) Cem por cento (100 %) do valor corresponde ao cumprimento de 95% a 105% das metas físicas pactuadas.
- d) Oitenta por cento (80%) do valor corresponde ao cumprimento de 81% a 94% das metas físicas pactuadas.
- e) Setenta por cento (70%) do valor corresponde ao cumprimento de corresponde a 70% a 80% das metas físicas pactuadas;
- f) O cumprimento superior a 105% das metas físicas pactuadas, por três meses consecutivos ou cinco meses alternados, implicará na revisão do DODE no que diz respeito às metas físicas;
- g) O cumprimento inferior a 70% das metas físicas pactuadas, por três meses consecutivos ou cinco meses alternados, implicará na revisão do DODE, sendo o pagamento dos procedimentos realizado por meio do faturamento da produção por um período de até dois meses, até que um novo DODE seja firmado.
- h) O cumprimento das metas quantitativas e qualitativas, estabelecidas no DODE, deverá ser atestado pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, a qual deverá ser instituída por ato normativo da SECRETARIA.
- i) A SECRETARIA reajustará o teto financeiro e o valor pago pelos serviços prestados previstos neste Contrato na mesma proporção que o Ministério da Saúde aumentar o valor dos procedimentos existentes na Tabela Unificada do SUS.
- j) Os valores referentes ao INTEGRASUS e ao Incentivo de Adesão à Contratualização - IAC, previstos na Portaria GM Nº 2.436, de 02 de outubro de 2007, serão depositados em favor do HOSPITAL a partir da assinatura deste Convênio, conforme prevê a referida Portaria, em parcelas mensais, independentemente das metas alcançadas pelo mesmo.
- k) Anualmente, quando da renovação do DODE, deverá ser feita a revisão dos valores financeiros.

#### DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE CLÁUSULA DÉCIMA:

- O Convênio contará com uma Comissão de Acompanhamento.
  - a) A composição desta Comissão será constituída por 02 (dois) representantes da SANTA CASA e 02 (dois) da SECRETARIA devendo a mesma reunir-se no mínimo uma vez por mês, até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços.
  - b) As atribuições desta Comissão serão a de acompanhar a execução do presente Convênio, principalmente no tocante ao seu objeto, no cumprimento das metas estabelecidas no DODE, e de avaliar a qualidade da atenção à saúde dos usuários.

4 mf

Autenticar documento em http://www3.camaramunizfreire.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 31003500350035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



c) A Comissão de Acompanhamento do presente Convênio deverá ser criada pela SECRETARIA até 30 dias após a assinatura deste termo, cabendo à SANTA CASA, neste prazo, indicar à SECRETARIA os seus representantes.

d) O HOSPITAL fica obrigado a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de

suas finalidades.

e) A existência da Comissão mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria, nas respectivas esferas federal, estadual e municipal.

## DAS ALTERAÇÕES CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O presente Convênio somente poderá ser alterado em situações excepcionais, mediante consentimento das partes, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único: O DODE, nos primeiros noventas dias de sua vigência, não poderá sofrer nenhuma alteração.

# DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O presente Convênio poderá ser rescindido total ou parcialmente pela SECRETARIA quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

- a) Pelo formecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela SECRETARIA;
- b) Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, a avaliação e a auditoria pelos órgãos competentes da SECRETARIA ou do Ministério da Saúde;
- c) Pela não entrega dos relatórios mensais e anuais; e
- d) Pela n\u00e3o observ\u00e3ncia dos procedimentos referentes ao sistema de informa\u00f3\u00f3es em sa\u00edde.
- e) O presente Convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste Convênio, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Sabel Media marlin

J mp

Autenticar documento em http://www3.camaramunizfreire.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 310035003500350035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



- a) A prestação de contas final deverá ser apresentada até 30 (trinta) dias após a data final da data da extinção do Convênio, instruída com os seguintes documentos:
  - Relatório final de cumprimento do objeto, informando as metas e indicadores atingidos;
  - Cópias do DODE Documento Descritivo;
  - Relatório Consolidado de Produções de Serviços Prestados de acordo com o formato definido pela SECRETARIA.
- b) A prestação de contas final será analisada pela SECRETARIA que decidirá pela regularidade ou não da aplicação dos recursos.
- c) Constatadas irregularidades na apresentação da prestação de contas final, a SECRETARIA notificará à SANTA CASA, dando-lhe o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade.
- d) Decorrido o prazo da notificação a que se refere o item anterior, sem que a irregularidade tenha sido sanada, a SECRETARIA poderá instaurar processo de tomada de contas.
- e) Quando a prestação de contas final não for apresentada no prazo fixado, a SECRETARIA poderá conceder prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da Lei.
- f) Esgotado o prazo, referido no item anterior e não cumprida a obrigação, ou ainda, se existirem evidências de irregularidades de que resultem em prejuízo para o erário, a SECRETARIA adotará as providências previstas no Item (d).

## DAS PENALIDADES CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

O presente Convênio está submetido ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao descumprimento, por qualquer um dos partícipes, das cláusulas e condições nele estipuladas.

## DAS DENÚNCIAS CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Qualquer um dos partícipes poderá denunciar o presente Convênio, com comunicação do fato, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser respeitado o andamento de atividades que não puderem ser interrompidas neste prazo ou que possam causar prejuízos à saúde da população, quando então será respeitado o prazo de 30 (trinta) dias para o encerramento deste Convênio.

#### DOS CASOS OMISSOS



Autenticar documento em http://www3.camaramunizfreine.es.gov.br/legislacao/autenticidade com o identificador 310035003500350035003000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Fica definido que as questões que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes serão discutidas pela Comissão de Acompanhamento do Convênio e encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde.

### DA VIGÊNCIA CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

A vigência do presente Convênio terá inicio na data de sua assinatura e encerrará em 31/03/2024, referente ao serviço de Internação Hospitalar, bem como, referente ao serviço de Pronto Atendimento 24 Horas, podendo ser rescindido de acordo com a vontade das partes, desde que a outra parte seja cientificada em trinta (30) dias de antecedência ou prorrogado mediante autorização Legislativa.

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Os recursos do presente Convênio correrão por conta da Dotação Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde - Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:

#### Recurso Federal -

Programa de Trabalho: 1000003.1030200272.177

Elemento de Despesa: 339039000000

Recurso Financeiro: Federal MAC Ficha: 77 Fonte: 1600009999

#### Recurso Próprio -

Programa de Trabalho: 1000003.1030200272.177

Elemento de Despesa: 3390390000

Recurso Financeiro: Próprio

Ficha: 77 Fonte: 150000150000

#### DO FORO

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Muniz Freire - ES, para resolução das dúvidas que possam surgir durante a vigência do presente Convênio.

E, por estarem justos e Conveniados, assinam o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma.



Autenticar documento em http://www3.camaramunizfrere.es.gov.br/legislacao/autenticidade

com o identificador 31003500350035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Muniz Freire - ES, 02 de janeiro de 2024.

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE RAIANY PAULUCIO INTERVENIENTE

> ISABEL MENDES MOULIN Presidente Santa Casa de Misericórdia Jesus, Maria José

SANTA CASA DE MISERICORDIA "JESUS MARIA JOSÉ"
ISABEL MENDES MOULIN
CONVENENTE







Rua Pedro Deps, 09 - Centro - Muniz Freire CEP: 29.380-000

### 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2024

O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES, com sede na Rua Pedro Deps, nº 09, Centro, CEP n° 29.380-00(), CNPJ n° 27.165.687/0001-71, neste ato representado pelo Prefeito Municipal SR. GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, portador do CPF nº 005.212.667-69, neste ato denominado CONCEDENTE e do outro lado a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA "JESUS MARIA JOSÉ", sociedade civil beneficente, com atendimento na área hospitalar, estabelecida nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 27.081.629/0001-60, doravante denominada convenente, neste ato representada por sua presidente ISABEL MENDES MOULIN, RESIDENTE nesta cidade, inscrita do CPF Nº 873.547.807-15, ajustam o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DE VALOR

2.1 Fica aditado o referido convênio, para proceder o acréscimo, referente ao piso nacional da enfermagem, no valor total de R\$ 85.930,31 (oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais e trinta e um centavos), conforme justificativas constantes no Processo nº 0000037/2024.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 100003.1030200272.177

Elemento de Despesa: 33903900000 Fonte: 1600009999 Ficha: 77

Recurso Financeiro: Federal - Piso da Enfermagem

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se na Lei 8.666/93 e alterações posteriores constante no Artigo 116.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS INALTERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas contratuais anteriormente ajustadas.

E por estarem as partes de pleno e comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Muniz Freire PS, 19 de janeiro de 2024.

MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE-ES

GEŚI ANTØNIO DA SILVA JUNIOR

CONCEDENTE





#### PROJETO DE LEI Nº 001/2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADITAR O CONVÊNIO DE Nº 001/2024, FIRMADO COM A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA JESUS MARIA E JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, no uso de suas legais atribuições que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte

#### LEI

- **Art. 1°.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aditar o Convênio n° 001/2024, firmado conforme Lei n° 2.813/2023, com a Santa Casa de Misericórdia Jesus Maria e José, acrescendo o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- **Art. 2°.** As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal do ano de 2024.
- **Art. 3º.** A efetivação das transferências financeiras será realizada com o aditamento do Convênio firmado entre o Executivo Municipal e a Santa Casa de Misericórdia Jesus Maria e José.
- Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.







Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Muniz Freire (ES), 06 de março de 2024.

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

